

Acessibilidade na educação superior: novos desafios para as universidades

Resumo

A educação inclusiva perpassa hoje por diferentes formas, fundamentando a igualdade e a diferença como valores indissociáveis. O presente artigo tem por objetivo analisar e discutir duas políticas educacionais (o novo Referencial de acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e a Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais), abordando pontos centrais que essas políticas exercem a favor da inclusão, posterior a isso, investigou-se, uma Instituição de Ensino, analisando que recursos à mesma vêm buscando e como os alunos que apresentam necessidades educativas especiais estão se sentido frente a essas mudanças. Fez parte do estudo uma pesquisa de cunho bibliográfico a partir de uma análise documental, baseado numa pesquisa empírica, buscando assim, dados na Universidade para dar corporeidade ao tema estudado. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais requer uma (re) elaboração de muitas ações com base no sujeito e não somente no grupo. Contudo, a Universidade é um espaço para a criação, a transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como também para o avanço da educação em todas as suas formas.

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas de Acessibilidade. Desafios

Daiane Lira

daiane.lira1990@gmail.com

Introdução

No mundo contemporâneo, a inclusão de alunos com necessidades especiais representa um grande desafio desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições tanto privadas quanto públicas. Entender a diferença presente nos contextos universitários é de fundamental importância, para que posturas inclusivas se construam.

Para tanto, as Universidades tem o dever de implementar ações planejadas e eficientes, com vistas a uma educação de qualidade. As pessoas com deficiência e necessidades educativas específicas necessitam de um acesso igualitário ao conhecimento, possibilitando atuar na mediação do processo ensino/aprendizagem de forma a satisfazer suas necessidades de conhecimento.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2006), o conceito de acessibilidade pode ser tanto física como de comunicação:

[...] a mesma norma define o termo acessível como o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. (MANZINI, 2006, p. 32).

A temática “acessibilidade” fundamentado no Documento-Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior conforme Brasil (2013,p. 3-4) justifica-se devido à

[...] necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, haja vista que tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da educação e afins. Isso por que, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc.), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras. Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes.

A educação inclusiva perpassa hoje por diferentes formas, fundamentando a igualdade e a diferença como valores indissociáveis. Os profissionais da educação devem olhar a inclusão não somente pelo viés da deficiência, mas sim, por todos que estão

inseridos na Universidade que apresentam qualquer tipo de dificuldade, contemplando com isso, suas individualidades e potencialidades. Segundo Veiga-Neto & Lopes (2007, p. 948),

[...] é importante discutir a inclusão na medida em que, com esses debates, abre-se a oportunidade de problematizar várias questões sociais, culturais, políticas e pedagógicas que, de outra maneira, permaneceriam à sombra, ou seriam consideradas resolvidas ou, até mesmo, nem seriam vistas como problemática.

As discussões acerca da inclusão/acessibilidade ultrapassam a ideia de inclusão como sinônimo de respeito, tolerância e aceitação do outro, do outro que não é o “mesmo”. É um movimento que possibilita ao aluno perceber-se como pessoa que tem potencial para aprender, para participar da sociedade de acordo com suas capacidades. O papel social da educação superior na atualidade e a necessidade de que ela transcenda aos limites de seu compromisso tradicional com a produção e disseminação do conhecimento ocupa lugar de destaque no debate acadêmico.

O presente artigo tem por objetivo analisar e discutir duas políticas educacionais (o novo Referencial de acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e a Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais), abordando pontos centrais que essas políticas exercem a favor da inclusão, posterior a isso, investigou-se também, uma Instituição de Ensino Superior, analisando que recursos à mesma vem buscando e como os alunos que apresentam necessidades educativas especiais estão se sentido frente a essas mudanças.

Acessibilidade e inclusão: uma responsabilidade social na educação superior a partir do novo referencial

O aumento crescente de estudantes com necessidade de atendimento diferenciado que estão concluindo os cursos de graduação e realizando o Enade

demonstra a importância do fortalecimento e consolidação da política de inclusão do país.

No referencial de acessibilidade na Educação Superior, (BRASIL,2013, p.13) consta que, “[...] professores e gestores institucionais, faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos. Esses deverão contemplar não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial e inclusiva, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos”.

As práticas educacionais inclusivas revelam que a inclusão educacional não é do interesse apenas dos estudantes que demandam atendimento diferenciado, haja vista que a inserção desse alunado nos espaços educacionais comuns exige das instituições novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, acompanhando os avanços conceituais e teóricos advindos das teorias educacionais.

Aos gestores institucionais das IES cabe inserir a educação inclusiva em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC),

[...] planejando e promovendo as mudanças requeridas, como por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos. Ainda, são fundamentais ações e programas que assegurem a transversalidade da educação especial na IES (BRASIL, 2013, p. 13).

Já aos professores que atuam em salas de aula inclusivas cabe a adoção de novos encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com profissionais da saúde, do trabalho, parceria com as famílias, dentre outros. Esse “novo modo de ser professor” confronta as práticas tradicionais hegemônicas nos sistemas de ensino até então, em que os professores, formados dentro de uma lógica da razão instrumental, tinham com referência de docência o princípio da homogeneização do ensino, partindo do pressuposto de que é possível padronizar as práticas pedagógicas a partir de um modelo de aluno ideal. (BRASIL, 2013)

Em ambos os casos, professores e gestores institucionais, faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos. Esses deverão contemplar não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial e inclusiva, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos.

Quanto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), os serviços devem ser organizados e apoiados institucionalmente, constituindo parte diversificada do currículo dos estudantes da educação especial. Devido a sua importância para os estudantes público alvo da educação especial, o AEE deve integrar os Projetos Pedagógicos dos Cursos e estar articulado com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes, embora os propósitos e atividades realizadas nos núcleos de acessibilidade se diferenciem das realizadas em sala de aula. Nesse sentido convém ressaltar que algumas atividades ou recursos próprios do AEE devem ser utilizados, de acordo com a necessidade, dentro das salas de aula comum, como por exemplo, serviços de tradutor e intérpretes de Libras e disponibilização de ajudas técnicas e tecnologia assistiva. São exemplos de atendimento educacional especializado relacionado às diferentes situações de deficiência os seguintes.

QUADRO 01: Situações de Deficiência e respectivos recursos de acessibilidade e serviços.

ATIVIDADES PRÓPRIAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE OU OUTRO LÓCUS ESPECIALIZADO PARA ESSE ATENDIMENTO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES).	
Estudantes com deficiência mental (intelectual)	Atividades para desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros).
Estudantes com deficiência auditiva ou surdez	As atividades se desenvolvem em três momentos didático-pedagógicos: AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala); AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua.
Estudantes com deficiência visual ou cegos	Sistema Braille, Sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma; software de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários

	tamanhos e sem distorção, ajuste de cores, otimização de foco, ponteiro e cursos; entre outros.
Estudantes com surdocegueira	Ensino do método de linguagem Tadoma, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto moon (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros.
Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento	Uso do computador como auxílio à aprendizagem; PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras); Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbio correlatos da comunicação), entre outros.
Estudantes com altas habilidades/superdotação	Programas de enriquecimento curricular.

Fonte: Referenciais de acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Embora o quadro acima apresente a correlação “recursos X deficiência X” convém atentar para o fato de que um mesmo recurso de acessibilidade poderá ser útil a estudantes com diferentes situações de deficiência. A definição e destinação dos recursos é de responsabilidade do professor que atua nas salas de recursos ou núcleos de acessibilidade, em articulação com os demais profissionais que atendem aos estudantes na IES e com profissionais da saúde, quando houver necessidade.

De acordo com o documento “Sala de Recursos Multifuncionais, espaço para Atendimento Educacional Especializado¹”, para atuar no mesmo, o perfil do professor deve contemplar curso de graduação, pós-graduação ou formação continuada que o habilite a atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes. Ainda, essa formação deve propiciar ao professor uma série de habilidades e competências inerentes às demais atribuições destinadas a este profissional.

Conforme o Documento Orientador do Programa Incluir², os núcleos de acessibilidade se estruturam com base nos seguintes eixos:

1 Material elaborado em 2006 pela Secretaria de Educação Especial do MEC. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002991.pdf>. Acesso em 14 de out. 2013.
2 As informações sobre o Programa Incluir apresentadas nesse tópico foram retiradas de documentos

1. *Infraestrutura.* Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das Instituições Federais do Ensino Superior são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal;
2. *Currículo, comunicação e informação.* A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistida e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras;
3. *Programas de extensão.* A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos, por meio a efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva;
4. *Programas de pesquisa.* O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana.

A acessibilidade é requisito legal no instrumento, porém, ao compreendermos que é no projeto pedagógico que são alinhadas todas as questões do curso, onde a diversidade humana é atendida, o conceito e acessibilidade deve ser verificado de forma ampla, e não apenas restrita a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que o vocabulário expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. No contexto acadêmico, as

oficiais do MEC, em especial o “Documento Orientador do Programa Incluir – acessibilidade na educação superior- Secadi/Sesu- 2013. Esses materiais encontram-se disponíveis no sitio do MEC, no endereço: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17433&Itemid=817. Acesso em 16 de out. 2013

políticas de acessibilidade tem o objetivo de implementar medidas para a adaptação às necessidades dos alunos com deficiência.

Estas dimensões de acessibilidade são exemplificativas e não taxativas, pois conforme a realidade de um determinado contexto acadêmico universitário, medidas diversas podem ser elaboradas e efetivadas para possibilitar a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência.

A universidade, no desempenho de suas funções, também tem a incumbência de incentivar a responsabilidade de cada pessoa com os demais e, para além da formação técnica, de acordo com as potencialidades do educando, tenha ele deficiência ou não, incentivar a participação ativa para a construção de projetos para o coletivo acadêmico.

Declaração de Salamanca: o direito de uma educação para todos.

O direito de toda criança à educação foi proclamado na “Declaração de Direitos Humanos” e ratificado na “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto à sua educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. O princípio fundamental desta “Linha de Ação” (necessidades educativas especiais) é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Conforme a Declaração de Salamanca, (UNESCO,1994), ao referir-se de inclusão, destaca a mesma como sendo uma escola integradora. Neste sentido, afirma que a escola integradora

[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990, [...] ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. (p.15)

Neste contexto, a expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas

dificuldades de aprendizagem. Essa ideia levou ao conceito, segundo a Declaração de Salamanca (1994, p.4) como, “[...] escola integradora, repercutindo o grande desafio que as mesmas enfrentam desenvolvendo uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiências graves”.

No que diz respeito às necessidades educacionais especiais, a Declaração destaca que o conceito relacionado às necessidades das crianças teve que ser ampliado no decorrer dos últimos anos com o intuito de que todas as crianças sejam incluídas independentemente da necessidade em que apresenta.

Desta maneira, o conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiência, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente o ano escolar e entre outros motivos.

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades. A experiência de muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais é alcançada, de uma forma mais eficaz, em escolas/Instituições integradoras para todas as crianças de uma comunidade. É nesse ambiente que crianças com necessidades educativas especiais podem progredir no terreno educativo e no da integração social. As escolas/Instituições constituem um meio favorável à consecução da igualdade de oportunidades da completa participação, mas, para ter êxito requerem um esforço comum, não só dos professores, mas sim, de uma série de aspectos que envolvem o funcionamento da mesma. A reforma das instituições sociais não só é uma tarefa técnica, mas também depende, antes de tudo, da convicção, do compromisso e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade.

O princípio fundamental que rege as escolas integradoras é de que todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças. As escolas integradoras devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender, adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com suas comunidades. Deve ser, de fato, uma contínua prestação de serviços e de ajuda para atender às contínuas necessidades especiais que surgem na escola.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p.18), as políticas educativas

[..] deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações, as quais são desafiadas, como por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem de sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdos/cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns.

Neste sentido, necessita-se de um olhar cuidadoso a respeito de todos os níveis de organização educacional, ou seja, a coordenação, professores, assistência social, estrutura, saúde, entre outros, com o propósito de se criar uma convergência e uma eficaz complementaridade nos processos de planejamento, levando em conta o papel real e o potencial que podem desempenhar as organizações. Os programas de estudos necessitam de uma adaptação as necessidades da criança e não o contrário. As escolas, por conseguinte, deverão oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes.

Uma boa gestão escolar depende da participação ativa e criativa dos professores e do pessoal, da colaboração e do trabalho em equipe para atender às necessidades dos alunos. O corpo docente, e não cada professor deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a crianças com necessidades especiais. Os professores, todavia, desempenham um papel decisivo como gestores do processo educativo, ao dar apoio a crianças com a utilização dos recursos disponíveis tanto na classe como fora dela.

Quando se refere à formação do pessoal docente, a Declaração de Salamanca destaca uma preparação adequada de todos os profissionais da educação, sendo este, um dos fatores-chave para propiciar a mudança nas escolas integradoras, tendo presentes a contratação de professores que sirvam de modelo para crianças com deficiência (UNESCO, 1994). Neste contexto, ainda destaca que:

[...] um problema recorrente dos sistemas educativos, mesmo dos que garantem serviços excelentes para alunos com deficiência, consiste na falta de modelos. Os alunos com necessidades especiais precisam de oportunidades de interagir com adultos com deficiência que obtiveram sucesso, de modo a que possam modelar o seu próprio estilo de vida e as suas aspirações por expectativas realistas. [...] Os sistemas educativos terão, assim, de procurar recrutar professores qualificados e outro pessoal educativo com deficiência, e procurar envolver pessoas com deficiência que obtiveram sucesso na sua região na educação das crianças com necessidades especiais. (UNESCO, 1994, p.29)

A aquisição de conhecimentos não é apenas uma simples questão de instrução formal e retórica, os professores devem assimilar os conteúdos do ensino de modo que possa atender às necessidades dos indivíduos, a fim de poderem participar plenamente no desenvolvimento. A instrução deve ser relacionada com a própria experiência dos alunos e com seus interesses concretos, para que assim se sintam mais motivados.

Para acompanhar os progressos de cada criança, deverão ser revistos os procedimentos de avaliação. A avaliação de formação deverá integrar-se no processo educativo comum para manter o aluno e o professor informados do grau da aprendizagem alcançada, identificar as dificuldades e ajudar os alunos a superá-las.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p.28) cabe às Universidades,

[...] desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de formadores de professores e à elaboração de programas e materiais pedagógicos. Deverá ser fomentada a criação de sistemas entre Universidades e centros de ensino superior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa inter-relação entre pesquisa e capacitação é de grande importância. É também muito importante a ativa participação de pessoas com deficiência na pesquisa e formação, para garantir que seus pontos de vista sejam levados em consideração.

Neste aspecto deverá também, ser alocados recursos para os serviços de apoio contemplando os aspectos centrais para uma escola/Instituição de ensino ser de fato, integradora, ou seja, à formação de professores, os centros de recursos e a professores encarregados da educação especial, proporcionando uma assistência técnica adequada para pôr em prática um sistema educativo integrador. Os modelos de integração deverão, portanto, estar relacionados com o desenvolvimento dos serviços de assistência em nível central e intermédio.

Portanto, não se trata de acabar com um, nem de acabar com outro sistema de ensino, mas sim de juntá-los, unificá-los num sistema educacional único, que parta do mesmo princípio (de que todos os seres humanos possuem o mesmo valor, e os mesmos direitos), otimizando seus esforços e se utilizando de práticas diferenciadas, sempre que necessário, para que tais direitos sejam garantidos. É isto que significa, na prática, *incluir a educação especial na estrutura de “educação para todos”*, conforme mencionado na Declaração de Salamanca.

Desafios da acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior: a experiência de uma Universidade

O desafio de efetivar políticas de inclusão, fruto do movimento mundial de inclusão, vem exigindo da maioria dos países ajustamento dos seus sistemas de ensino para satisfazer as necessidades de todos os estudantes. Esta adequação compreende uma série de ressignificações educacionais, viabilizando que a Universidade seja um espaço de exercício da cidadania, e meio eficaz de combate à exclusão de alunos do sistema educacional.

O presente estudo apresenta um diagnóstico das condições de inclusão e acessibilidade de oito acadêmicos inclusos na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI Campus Erechim/RS, sendo esta uma Universidade comunitária e sem fins lucrativos. A mesma tem por missão: “Formar pessoal ético e

competente, inserido na comunidade, capaz de construir conhecimento, promover a cultura, o intercâmbio, a fim de desenvolver a consciência coletiva na busca contínua da valorização e solidariedade humana”.

A Universidade URI-Campus de Erechim abrange um total de 28 cursos de graduação, no qual, se preocupa constantemente com a qualidade de sua formação, bem como, o aprimoramento de conhecimentos adquiridos ao longo do Curso. Os alunos que apresentam alguma necessidade são acompanhados pelas coordenações e pelo corpo docente que assumem posturas inclusivas. A Universidade disponibiliza como auxílio aos estudantes o Centro de Estudos e Acompanhamento Psicológico e Psicopedagógico (CEAPPI) que oportuniza um espaço de reflexão e intervenção no processo educativo, o aperfeiçoamento humano e a superação de dificuldades emocionais e de aprendizagem. O CEAPPI, também realiza encaminhamentos a profissionais de áreas afins, de acordo com a necessidade do acadêmico e de sua família, no caso de tratamento clínico específico-psiquiátrico, neurológico, psicológico, pedagógico, entre outros.

Quanto à infraestrutura o fácil acesso está presente em todo o território, apresentando rampas, elevadores, ausência de degraus e sanitários para portadores de necessidades especiais. Apresenta também, intérpretes de LIBRAS, monitores que auxiliam nas atividades e estudos extraclasse e um professor com deficiência auditiva que segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) a contratação desses professores, além do trabalho docente, serve de modelo para os estudantes. Constatamos a ausência dessas barreiras através do depoimento relatado por uma aluna, quando menciona que, “[...] a Universidade disponibiliza plenamente de um atendimento exemplar às pessoas portadoras de necessidades especiais. Como por exemplo: professores especializados, atenciosos, pacientes, motivadores, rampas e elevadores para acesso, entre outros mais.” (Deficiência física)

Com base nos novos Documentos implementados pelo SINAES, a Universidade vem discutindo a acessibilidade por meio de um grupo de estudos com professores de diferentes áreas do conhecimento que se reúnem mensalmente para estudar e discutir os novos Referências e as possíveis ações e mudanças que precisam ser implementadas na Universidade.

Nesse sentido, algumas sugestões relatadas por um aluno que apresenta transtornos de déficit de atenção e hiperatividade apontam alguns caminhos que poderão ser adotados pela Universidade, ou seja, “[...] todos os discentes do curso se mostraram prestativos e compreensivos a respeito. Em minha opinião, deveria ter alguns grupos de discussão, onde cada um pudesse expor suas dúvidas e angústias. Mas não sei se isso cabe à instituição.”

Esses grupos de estudos realizados pelos docentes, de fato, deveriam existir também com os próprios alunos que apresentam alguma necessidade especial, para com isso poder entender e avançar em diversos aspectos referentes à inclusão e a acessibilidade no Ensino Superior através de suas próprias colocações.

Contudo, poder pensar em ações e estratégias que nos levem a realizar com sucesso esse processo é de grande relevância, pois a inclusão precisa acontecer em todas as dimensões, contemplando assim, uma educação para todos. A Universidade URI – Campus de Erechim vem se esforçando para dar conta desse desafio e atender a todas as demandas, permitindo assim que a mesma cumpra seu papel de agente de transformação social e institucional. No entanto, a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior precisa estar voltada para os aspectos que dizem respeito a tudo aquilo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas.

Considerações finais

O acesso de pessoas com Necessidades Educativas Especiais nas Instituições de Ensino Superior demanda uma série de mudanças na instituição, como vistas a partir do estudo realizado através das duas políticas de acessibilidade e inclusão. Esse estudo nos permitiu uma maior compreensão de como as Universidades tendem a vir se posicionando frente a essas demandas.

Na concepção de homem, pode dizer que é indispensável à eliminação de barreiras atitudinais, que segundo Ferreira (2007) esse tipo de modificação apenas se fará com um trabalho de informação, mobilização, conscientização, que instrumente e concretize a realização de ações de respeito à diversidade e valorização das diferenças como

elementos enriquecedores da contínua aprendizagem que é a existência humana. Por isso, alerta Moreira (2005), a universidade deve ampliar o significado de sua função social a fim de que as pessoas com Necessidades Educativas Especiais deixem de ser representadas pelas categorias da ineficiência, do desvio, do atípico e do improdutivo e a elas sejam assegurados o direito à igualdade de oportunidades e à educação.

Diante da pesquisa, concluímos que, com base nos estudos dos referencias de acessibilidade e a partir da Instituição de Ensino investigado, observou-se que a mesma vem se preocupando e modificando algumas ações em prol da inclusão e da acessibilidade de jovens que apresentam necessidades especiais, buscando assim, uma educação de qualidade e para todos. O relato dos acadêmicos nos permitiu uma visão mais ampla e concreta dessas ações, bem como, seus sentimentos e angústias frente aos fatores que envolvem a inclusão.

Portanto, entender a verdadeira função social da educação superior requer a sensibilização de todos os atores institucionais para a criação de uma nova cultura, que priorize a articulação da tríade “pesquisa-ensino-extensão” em busca da resolução de problemas e demandas da comunidade na qual está inserida.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos**. 2 ed. São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:**acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004. 97 p. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL, **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, 2013. Disponível em: <<http://www.unifal-g.edu.br/forplad/sites/default/files/referenciais.pdf>>. Acesso em: 14 de out. 2013.

FERREIRA, J.R. Escola, educação e sociedade inclusivas. **Temas sobre desenvolvimento**. São Paulo, v.7, n. 39, 2007.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n.25, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da acção nas áreas das necessidades educativas especiais. In: **Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Espanha, 7-10 de Jun.1994.